

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Senhores acionistas

Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Pedra Grande, 13 de março de 2020.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Acionistas e Diretores da
SM Geração de Energia Eólica S/A
Pedra Grande - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SM Geração de Energia Eólica S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SM Geração de Energia Eólica S/A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a SM Geração de Energia Eólica S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, que não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes. Consequentemente, não estamos emitindo opinião sobre tais demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2020.

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado) (não auditado)		Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado) (não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	117	12	Fornecedores	8 10	34.743	10.550
Aplicações financeiras	5	2.152	-	Financiamentos	9	499	-
Contas a receber	6 10	2.865	-	Obrigações tributárias		391	-
Estoques		1	-			35.633	10.550
Impostos a recuperar		1	1	Não circulante			
Despesas antecipadas		2.526	44	Financiamentos	9	59.963	-
Outras contas a receber		-	16.185	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	29.151	2.600
		7.662	16.242	Arrendamentos a pagar	7	2.669	-
						91.783	2.600
Não circulante				Patrimônio líquido			
Outras contas a receber		14.518	15.050	Capital social	12	62.254	62.254
Imobilizado	7	158.162	39.830	Prejuízos acumulados		(9.168)	(4.122)
Intangível		160	160			53.086	58.132
		172.840	55.040	Total do passivo e do patrimônio líquido			
						180.502	71.282
Total do ativo		180.502	71.282				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares Reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado) (não auditado)
Receita líquida de vendas	9 e 12	2.600	-
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(7.152)	-
(=) Prejuízo bruto		(4.552)	-
(+/-) Despesas/(receitas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(259)	(1.299)
Outras (despesas) líquidas	13	40	(74)
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(4.771)	(1.373)
Receitas financeiras	14	216	-
Despesas financeiras	14	(331)	(3)
(=) Resultado financeiro líquido		(115)	(3)
(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.886)	(1.376)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(160)	-
(=) Prejuízo do exercício		(5.046)	(1.376)
Prejuízo por ação		(0,164)	(0,045)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares Reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado) (não auditado)
(=) Prejuízo do exercício	<u>(5.046)</u>	<u>(1.376)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(5.046)</u></u>	<u><u>(1.376)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SM Geração de Energia Eólica S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	59.383	(2.746)	56.637
Aumento de capital	2871	-	2.871
Prejuízo do exercício	-	(1.376)	(1.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	62.254	(4.122)	58.132
Prejuízo do exercício	-	(5.046)	(5.046)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	62.254	(9.168)	53.086

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares Reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado) (não auditado)
(=) Prejuízo do exercício	(5.046)	(1.376)
Itens que não afetam o caixa operacional		
(+) Depreciação e amortização	-	-
(+) Juros e variações monetárias	903	-
	<u>(4.143)</u>	<u>(1.376)</u>
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Aplicações financeiras	(2.152)	-
Contas a receber	(2.865)	-
Estoques	(1)	-
Impostos a recuperar	-	55
Despesas antecipadas	(2.482)	(34)
Outras contas a receber	16.717	-
Fornecedores	24.193	(381)
Obrigações tributárias	391	-
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>33.801</u>	<u>(360)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(115.663)	(3.731)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(115.663)</u>	<u>(3.731)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	2.871
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.551	2.600
Arrendamentos pagos	59.963	-
Financiamentos pagos	(404)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>86.110</u>	<u>5.471</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>105</u>	<u>4</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	12	8
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	117	12
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>105</u>	<u>4</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A SM Geração de Energia Eólica S/A (Companhia), localizada na Fazenda Boca de Campo, s/n, Zona Rural, município de Pedra Grande - RN foi constituída em 20 de maio de 2011. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica a partir de geradores eólicos, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada. A companhia iniciou suas atividades em dezembro de 2019.

2. Apresentação e base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 13 de março de 2020.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Provisões para descomissionamento;
- Provisão para demandas judiciais.

A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo indicação contrária.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

3.2. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período inferior a 90 dias.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos.

Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O principal ativo reconhecido na Companhia é a aplicação financeira.

3.3.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.3.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2019 e 2018, incluindo operações de hedge.

3.3.4. Categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.4. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

3.5. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

3.6. Licenças ambientais

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento são reconhecidas como custo do parque eólico.

3.7. Redução ao valor recuperável

O imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

3.8. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.9. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão foram capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base presumida excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e de 9% sobre a base presumida para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.13. Capital social

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

3.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica "receitas/(despesas) financeiras".

3.15. Mudanças em políticas contábeis

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares e impressoras. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impactos da adoção inicial	Terrenos
Pagamentos de arrendamentos mínimos para os contratos	5.281
Provisão para desmontagem, remoção e restauração de área arrendada	
Impactos da taxa de desconto	<u>(2.612)</u>
Ativo de direito de uso	<u>2.669</u>
Passivo de arrendamento	<u>2.669</u>
Prazo médio contratual (anos)	21

Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por fim, a Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants).

A Companhia iniciou suas atividades comerciais em 16 de dezembro de 2019, portanto, os contratos de arrendamento terão impacto no resultado a partir de 01 de janeiro de 2020.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

3.16. Retificação de erro

Durante o exercício 2019, a Companhia identificou que custos iniciais do ativo imobilizado foram indevidamente classificados como despesas administrativas e custos incorridos nos exercícios de 2017 e 2018, respectivamente.

Consequentemente, as despesas administrativas e os custos incorridos foram apresentados a maior e o ativo imobilizado total da Companhia apresentados a menor. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados.

A tabela a seguir resume dos impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

i. Balanço Patrimonial
1º de Janeiro de 2018

	Impacto da retificação de erros		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Imobilizado	35.932	167	36.099
Outros	31.469	-	31.469
Total do ativo	67.401	167	67.568
Total do passivo	10.931	-	10.931
Prejuízos acumulados	(2.913)	167	(2.746)
Outros	59.383	-	59.383
Total do patrimônio líquido 31 de Dezembro de 2018	56.470	167	56.637
	Impacto da retificação de erros		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Imobilizado	39.663	167	39.830
Outros	31.452	-	31.452
Total do ativo	71.115	167	71.282
Total do passivo	13.150	-	13.150
Prejuízos acumulados	(4.289)	167	(4.122)
Outros	62.254	-	62.254
Total do patrimonio líquido	57.965	167	58.132

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Demonstrações do resultado e resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Impacto da retificação de erros		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Despesas administrativas e gerais	(1.648)	167	(1.481)
Outros	(8)	-	(8)
Prejuízo do exercício	(1.656)	167	(1.489)
Total do resultado abrangente	(1.656)	167	(1.489)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Impacto da retificação de erros		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Despesas administrativas e gerais	(1.299)	-	(1.299)
Outros	(77)	-	(77)
Lucro líquido do exercício	(1.376)	-	(1.376)
Total do resultado abrangente	(1.376)	-	(1.376)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018 (Não auditado)
Bancos conta movimento	117	12
	<u>117</u>	<u>12</u>

5. Aplicações financeiras restritas

	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Banco Bradesco S/A (a)	2.152	-
	<u>2.152</u>	<u>-</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancária (CDI), que foi de 4,50 % a.a. em 2019.

6. Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Contas a receber - partes relacionadas (nota 9)	2.865	-
	<u>2.865</u>	<u>-</u>

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado) (não auditado)
Computadores	11	(8)	3	5
Direito de uso	2.669	-	2.669	-
Imobilizado em andamento	155.490	-	155.490	39.830
	<u>158.170</u>	<u>(8)</u>	<u>158.162</u>	<u>39.835</u>

A Companhia acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo estão demonstradas na tabela de movimentação.

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do ativo imobilizado

	Taxa depreciação (a.a %)	31/12/2017 (reapresentado) (não auditado)	Adições	Baixas	31/12/2018 (reapresentado) (não auditado)	Adições	31/12/2019
Custo							
Maquinas e equipamentos		98		(98)	-		-
Moveis e utensílios		48	-	(48)	-	-	-
Computadores		11		-	11		11
Direito de uso		-	-	-	-	2.669	2.669
Imobilizado em andamento		36.004	3.821	-	39.825	115.665	155.490
		<u>36.161</u>	<u>3.821</u>	<u>(146)</u>	<u>39.836</u>	<u>118.334</u>	<u>158.170</u>
Depreciação							
Maquinas e equipamentos	3.3	(39)	(9)	48	-	-	-
Moveis e utensílios	4 a 25	(19)	(5)	24	-	-	-
Computadores	4 a 25	(4)	(2)	-	(6)	(2)	(8)
		<u>(62)</u>	<u>(16)</u>	<u>72</u>	<u>(6)</u>	<u>(2)</u>	<u>(8)</u>
Total do imobilizado		<u><u>36.099</u></u>	<u><u>3.805</u></u>	<u><u>(74)</u></u>	<u><u>39.830</u></u>	<u><u>118.332</u></u>	<u><u>158.162</u></u>

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Direito de uso

Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia identificou um contrato de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado ao parque eólico em operação.

Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo		Passivo	
Não circulante		Não circulante	
Direito de uso do ativo arrendado	5.281	Arrendamentos a pagar	5.281
(-) Amortização direito de uso	<u>(2.612)</u>	(-) Juros a apropriar	<u>(2.612)</u>
	<u>2.669</u>		<u>2.669</u>
Ativo total	<u><u>2.669</u></u>	Passivo total	<u><u>2.669</u></u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de CDI+2,50% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia não reconheceu despesas com arrendamento e juros em 2019, pois, estava pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Juros	Principal
2020	187	-
2021	192	70
2022	187	72
2023	182	77
2024	176	82
2025 a 2035	<u>1.688</u>	<u>2.368</u>
Total	<u><u>2.612</u></u>	<u><u>2.669</u></u>

8. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Fornecedores	<u>34.743</u>	<u>36</u>
Fornecedores - partes relacionadas (nota 9)	<u>-</u>	<u>10.514</u>
	<u><u>34.743</u></u>	<u><u>10.550</u></u>

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Financiamentos

Financiamento BNDES		31/12/2019
Passivo circulante		499
Passivo não circulante		59.963
		<u>60.462</u>
Vencimentos - Anos		
2021		3.950
2022		4.712
2023		5.202
2024		5.427
2025 em diante		40.672
Total do não circulante		<u>59.963</u>

O financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), captado pela Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico na cidade de Pedra Grande no estado do RN, estando sujeito a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), com prazo de amortização mensal de até 156 meses.

10. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e seus controladores:

	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Ativo circulante		
Contas a receber		
Ventos Potiguares	2.865	-
Passivo circulante		
Fornecedores		
Serveng Civilsan	-	10.514
Passivo não circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Ventos Fortes	29.151	2.600
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (não auditado)
Resultado		
Receita de vendas		
Ventos Potiguares	<u>2.865</u>	<u>-</u>

Remuneração do pessoal chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para demandas judiciais

A Companhia não possui nenhum processo em andamento com a probabilidade de perda que seja provável, para que seja reconhecida uma provisão, possível, para que seja requerida uma divulgação.

12. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 62.254 totalmente integralizado e representado por 63.138.469 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(b) Prejuízos acumulados

	<u>31/12/2019</u>
Saldo inicial (reapresentado)	(4.122)
Prejuízo do exercício	<u>(7.205)</u>
	<u>(11.327)</u>

13. Receita líquida de vendas

	<u>31/12/2019</u>
Venda de energia	2.865
Impostos sobre as vendas	<u>(265)</u>
	<u>2.600</u>

14. Custos e despesas por natureza

Classificação por natureza	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado) (não auditado)
Depreciação e amortização	(2)	(16)
Custo do produto vendido	(820)	-
Encargos de uso sistema transmissão	(1.132)	(1.037)
Serviços de terceiros	(3.793)	(85)
Despesas tributárias	(212)	(99)
Baixa de ativo imobilizado	-	(74)
Outros	<u>(1.412)</u>	<u>(62)</u>
	<u>(7.371)</u>	<u>(1.373)</u>

Classificação por função	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos produtos vendidos	(7.152)	-
Despesas administrativas e gerais	(259)	(1.299)
Outras receitas/(despesas) líquidas	40	(74)
	<u>(7.371)</u>	<u>(1.373)</u>

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	6	-
Descontos obtidos	210	-
	<u>216</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(305)	-
Despesas bancárias	(26)	(3)
	<u>(331)</u>	<u>(3)</u>

16. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente

(a) Reconciliação do imposto de Renda e da Contribuição Social

	31/12/2019
Imposto de Renda	
Receita bruta	2.865
Alíquota	8%
	<u>229</u>
Outras receitas, inclusive financeiras	230
Base de cálculo	<u>459</u>
Alíquota vigente	15%
Imposto apurado	(69)
Adicional federal de 10%	(40)
Imposto apurado	<u>(109)</u>
Contribuição Social	
Receita bruta	2.865
Alíquota	12%
	<u>344</u>
Outras receitas, inclusive financeiras	230
Base de cálculo	<u>574</u>
Alíquota vigente	9%
Imposto apurado	<u>(52)</u>
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>(160)</u>
Receita total	3.095
Imposto calculado (IR/CS)	(160)
Alíquota de imposto efetiva	<u>5%</u>

17. Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

17.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, pelas características individuais de cada cliente.

A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2019 a exposição máxima é de R\$ 5.130 (R\$ 12 em 2018) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

17.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	34.743	-	-
Financiamentos	499	4.449	55.514

17.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

17.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

17.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

17.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	117	12	117	12
Aplicações financeiras	2.148	-	2.148	-
Contas a receber	2.865	-	2.865	-
Outras contas a receber	-	16.185	-	16.185
Total	5.130	16.197	5.130	16.197
Passivos financeiros				
Fornecedores	34.743	10.550	34.743	10.550
Financiamentos	60.354	-	60.354	-
Total	95.097	10.550	95.097	10.550

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria:

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	117	-	-
Aplicações financeiras	-	2.148	-
Contas a receber	2.865	-	-
Total	2.982	2.148	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	34.743
Financiamentos	-	-	60.354
Total	-	-	95.097
	31/12/2018 (não auditado)		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-
Outras contas a receber	16.185	-	-
Total	16.197	-	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	10.550
Total	-	-	10.550

17.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

17.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 4,50 % para o CDI e 5,57 % para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável; e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	2.148	4,50%	97	121	145	72	48
Financiamentos		TJLP					
Despesa financeira	60.462	5,57%	<u>(3.368)</u>	<u>(4.210)</u>	<u>(5.052)</u>	<u>(2.526)</u>	<u>(1.684)</u>
Resultado financeiro			<u>(3.271)</u>	<u>(4.089)</u>	<u>(4.907)</u>	<u>(2.453)</u>	<u>(1.636)</u>

18. Eventos subsequentes

Não ocorreram, até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.